

ANGOLA

Apresentação sumária

A Constituição e outras leis e políticas protegem a liberdade religiosa e, na prática, de um modo geral, o governo respeitou essas protecções. O governo não revelou tendências nem para melhorar nem para deteriorar a sua posição em relação ao respeito pela protecção da liberdade religiosa

Houve relatos isolados de abuso ou discriminação por parte da sociedade com base na afiliação, crença ou prática religiosa.

O governo dos Estados Unidos debateu a questão da liberdade religiosa com o governo no âmbito da sua política de promoção dos direitos humanos e incentivou o governo a permitir que os muçulmanos praticassem a sua religião livremente e construíssem mesquitas nas comunidades do país. O governo dos Estados Unidos também manteve contactos regulares e abertos com vários grupos religiosos, incluindo alguns que o governo não reconhece legalmente.

Secção I. Demografia religiosa

A maioria da população é cristã. A Igreja Católica estima que 55 por cento da população é católica, enquanto o governo avalia esta estimativa como 70 por cento; não foi possível verificar independentemente nenhum destes valores. Os dados do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR) indicam que 25 por cento da população segue denominações cristãs africanas (misturando crenças cristãs e tradicionais); 10 por cento seguem tradições protestantes, nomeadamente metodistas, baptistas, adventistas, congregacionalistas (Igreja Unida de Cristo) e Assembleias de Deus; e 5 por cento da população está afiliada a igrejas evangélicas brasileiras. Uma pequena parte da população rural pratica o animismo ou crenças religiosas indígenas. Há uma pequena comunidade muçulmana, avaliada não oficialmente em 80.000 a 90.000 aderentes, sendo a maioria imigrantes da África Ocidental ou de origem libanesa. Algumas fontes na comunidade muçulmana estimam que estes números são muito mais altos, embora a precisão destas estimativas seja questionável.

Secção II. Situação do respeito da liberdade religiosa por Pprte do governo

Quadro Jurídico/Político

A Constituição e outras leis e políticas protegem a liberdade religiosa. A Constituição aborda a religião em dois artigos. O Artigo 10º define o país como Estado laico, com separação entre a igreja e o Estado. Nos termos deste Artigo o Estado reconhece e respeita diversos grupos religiosos, os quais são livres de organizar e levar a cabo as suas actividades, contanto que observem a Constituição e a lei. O Artigo 14 prevê a liberdade de consciência, de religião e de culto; também prevê o direito a ser objector de consciência.

O governo exigiu que os grupos religiosos requeressem o seu estatuto legal junto dos Ministérios da Justiça e da Cultura. O estatuto legal concede aos grupos religiosos o direito de actuar como pessoas jurídicas no sistema judicial, garante o seu estatuto como grupos religiosos oficialmente registados, para além de permitir que construam escolas e igrejas. A lei da religião, aprovada em 2004, requer que, para obter o estatuto legal, um grupo deve ter mais de 100.000 membros e estar presente em 12 das 18 províncias. Os chefes religiosos devem fornecer informações sobre a doutrina ou filosofia do seu grupo, estrutura orgânica e localização física. O governo não reconhece formalmente nenhuma organização islâmica.

O governo observa os seguintes feriados nacionais religiosos: Sexta-feira Santa, Dia de Todos os Santos e Dia de Natal.

Práticas governamentais

Foram divulgados abusos de liberdade religiosa.

O alto limiar de número de afiliados para conformidade com o processo de registo dos grupos religiosos foi um obstáculo para o registo. Durante o ano, o governo continuou a reconhecer 83 grupos religiosos; não reconheceu quaisquer novas organizações desde 2004. Mais de 900 organizações requereram reconhecimento legal mas não cumpriram todas as disposições legais e crê-se que existam mais de 2.000 organizações a funcionar sem estarem legalizadas. Apesar disso, o governo permite, em geral, que estas organizações existam, funcionem e cresçam sem reconhecimento legal.

A comunidade muçulmana alegou que não lhe foi possível praticar o islamismo livremente porque o governo não reconhece o Islão e, por conseguinte, intervém para encerrar mesquitas, escolas ou centros comunitários.

Os organismos governamentais, grupos religiosos e organizações da sociedade civil continuaram as suas campanhas contra as práticas religiosas indígenas que envolvem xamãs, sacrifícios de animais ou “feitiçaria”. O objectivo declarado destas campanhas foi desencorajar as práticas abusivas, em particular, os rituais de exorcismo, os quais incluíram negligência ou abuso físico intencional. De acordo com o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), os casos de práticas abusivas diminuíram significativamente devido às campanhas e directivas governamentais.

No início de Janeiro, as autoridades locais encerraram dez igrejas "ilegais" no bairro Maianga de Luanda. O governo indicou que estas igrejas constroem as infraestruturas do bairro, especificamente causando congestionamento nas ruas.

No dia 16 de Novembro, 16 autoridades locais em Cacuaco, na província de Luanda, chegaram sem aviso com guardas fortemente armados e destruíram uma tenda de grandes dimensões que estava a ser usada como mesquita. As autoridades usaram, alegadamente, de força excessiva e intimidação, não deram uma ordem escrita de violação e não ofereceram recompensa pela estrutura destruída.

Em Dezembro, um grupo muçulmano na província de Malange requereu autorização para construir uma mesquita de grande dimensão e permanente num terreno que tinha comprado perto da sua mesquita temporária e pequena. Após vários meses de espera sem receberem uma resposta, e apesar de solicitarem repetidamente às autoridades que dessem uma resposta ao seu pedido de construção, o grupo muçulmano deu início à construção. Pouco depois da construção começar, as autoridades locais chegaram e destruíram os alicerces. As autoridades não negaram o requerimento para a construção nem apresentaram uma citação de infracção.

Secção III. Situação do respeito por parte da sociedade à Liberdade de Religião

Houve relatos isolados de abuso ou discriminação por parte da sociedade com base na afiliação, crença ou prática religiosa.

O país tem uma forte tradição cristã e a Igreja Católica e três denominações protestantes têm fortes vínculos históricos com movimentos políticos e grupos étnicos regionais. A Igreja continua a ser um foro para a organização política e social.

Muitas "igrejas familiares" pequenas foram abertas nos últimos anos, não tendo, por vezes, mais de uma dúzia de membros. Alguns observadores acusaram os fundadores dessas pequenas igrejas de procura de lucro. Os críticos disseram que os líderes de algumas igrejas familiares exploram com frequência o segmento mais pobre da população e exigem dezenas ou centenas de dólares em dízimos em troca de promessas de vida longa, prosperidade ou milagres. Algumas organizações religiosas internacionais, como a Igreja Universal do Reino de Deus, do Brasil, também foram criticadas por excessiva actividade comercial e alegadas ligações ao branqueamento de capitais. Adicionalmente, os críticos afirmaram que algumas organizações religiosas criaram também as suas próprias organizações não-governamentais, com os seus lucros a serem canalizados para os pastores em vez de para ajudar os pobres.

Os imigrantes da República Democrática do Congo são frequentemente criticados por importarem fés não tradicionais e sincréticas e, frequentemente, acusados de abuso e prática de feitiçaria.

Secção IV Política do Governo dos EUA

O governo dos Estados Unidos debateu a questão da liberdade religiosa com o governo do país no âmbito da sua política geral de promoção dos direitos humanos e incentivou o governo a permitir que os muçulmanos praticassem a sua religião livremente e construíssem mesquitas nas comunidades locais.

A Embaixada dos E.U.A: manteve contactos regulares e abertos com vários grupos religiosos, incluindo vários que o governo não reconhece legalmente. Inserido no seu plano de contacto com as comunidades, a embaixada dos EUA realizou reuniões informais com chefes religiosos de várias denominações e seitas (incluindo muçulmanos e representantes das principais igrejas cristãs), oferecendo uma rara oportunidade para os líderes de diferentes grupos religiosos contactarem uns com os outros.